



DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA

Rita de Cássia Ramires da Silva
Camila Thayná Oliveira dos Santos
Milena Alicia da Silva Santos
Ana Carolina Santana Vieira
Ingrid Martins Leite Lúcio
Anne Laura Costa Ferreira
Rossana Teotônio de Farias Moreira

1ª Edição

Rita de Cássia Ramires da Silva
Camila Thayná Oliveira dos Santos
Milena Alicia da Silva Santos
Ana Carolina Santana Vieira
Ingrid Martins Leite Lúcio
Anne Laura Costa Ferreira
Rossana Teotônio de Farias Moreira

DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA

1ª ed.

São Paulo- SP

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira de Livro, SP, Brasil)

Desenvolvimento infantil da Criança
institucionalizada [livro eletrônico]. --
1 . ed. - São Paulo, SP: Revista Ibero-
Americana de Humanidades, Ciências e
Educação, 2021.
PDF

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-65-994283-0-2

1. Educação 2. Criança - Cuidados
Institucionais - Estudos de caso 3. Criança-
Desenvolvimento 4. Crianças- Formação 5. Crianças -
Saúde 6. Crianças institucionalizadas -
Desenvolvimento infantil 7. Psicologia da Saúde

21- 60138

CDD- 155.916

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento infantil : Psicologia da Saúde
155.916

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB- 8/7964

O conteúdo do artigo e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.



REASE

Corpo editorial

Dr. Alfredo Oliveira Neto

Dra. Jussara C. dos Santos

Dra. María Valeria Albardonado,

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva

Pablo Guadarrama González

Dra. Maritza Montero

**São Paulo
2021**

RESUMO: Esta revisão de literatura propõe uma discussão acerca dos impactos positivos e negativos gerados no desenvolvimento psicomotor e social de crianças institucionalizadas, como também sobre a abordagem desse processo. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2021 nas bases de dados: SciELO e Biblioteca Virtual da Saúde - BIREME, com seleção de 10 artigos, 1 livro e dois documentos brasileiros: O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Caderno de atenção básica de Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento infantil. Os resultados da busca orientam que as funções do organismo ocorrem de maneira satisfatória, sendo necessários que estímulos ambientais e biológicos se façam presentes. No entanto, a ausência de alguns desses podem gerar riscos, retardando não só o desenvolvimento, mas o crescimento também. Dentre os fatores, destaca-se o ambiental, que tem na institucionalização, um malefício ao desenvolvimento, mas que pode representar como estímulo positivo, no caso em que o ambiente familiar onde a criança estava exposta não era favorável. Porém, deve-se analisar especificamente o contexto anterior em que a criança se encontrava e o acolhimento que é ofertado, ou não, pelas instituições. Nesse sentido, discute-se ações necessárias voltadas aos funcionários das instituições, a fim de permitir melhores condições de trabalho e redução da rotatividade, o que vem causando insegurança nas crianças institucionalizadas.

Palavras-chaves: Desenvolvimento infantil. Institucionalização. Saúde da criança.

ABSTRACT: This literature review proposes a discussion about the positive and negative impacts generated on the psychomotor and social development of institutionalized children, as well as on the approach to this process. Data collection was carried out in February 2021 in the databases: SciELO and Virtual Health Library - BIREME, with a selection of 10 articles, 1 book and two Brazilian documents: The Statute of the Child and Adolescent and the Primary Care Notebook Child Health: Child Growth and Development. The search results guide that the organism functions occur in a satisfactory way, being necessary that environmental and biological stimuli are present. However, the absence of some of these can create risks, slowing not only development, but growth as well. Among the factors, the environmental one stands out, which has institutionalization as a detriment to development, but which can represent a positive stimulus, in the case where the family environment where the child was exposed was not favorable. However, one must analyze specifically the previous context in which the child was and the reception that is offered, or not, by the institutions. In this sense, it discusses necessary actions aimed at the employees of the institutions, in order to allow better working conditions and reduce turnover, which has been causing insecurity in institutionalized children.

Keywords: Child development. Institutionalization. Child health.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 O CONTEXTO DA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	9
3 O PERCURSO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	10
4 EFEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇA INSTITUCIONALIZADAS.....	12
5 CONCLUSÃO.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

I INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é um processo cercado de diversos aspectos envolvendo o crescimento físico, a maturação neurológica, comportamental, cognitiva, social e afetiva da criança. Ocorre de maneira complexa e está diretamente ligado a fatores intrínsecos e extrínsecos, que são respectivamente os biológicos e ambientais. Apesar de alguns destes atuarem de forma positiva, outros causam retardo no desenvolvimento da criança (PEREIRA et al, 2017; MEDINA-ALVA et al., 2015).

Os fatores externos são aqueles relacionados ao ambiente no qual a criança está inserida e vivenciando seus processos de crescimento e desenvolvimento. Situações como nível de instrução dos pais e condições socioeconômicas influenciam diretamente na qualidade do ambiente que convivem, assim como na interação com os pais e na presença de recursos que favoreçam para o desenvolvimento infantil disponíveis no domicílio. Nesse sentido, o ambiente domiciliar tem sido apontado como fator extrínseco essencial no desenvolvimento infantil, por ser o primeiro ambiente em que a criança vivencia no início da vida (ZAGO et al, 2017).

Por outro lado, a situação da criança no ambiente familiar e social não acontece sempre como o esperado, sendo o que ocorre muitas das vezes quando as crianças se encontram em situação de vulnerabilidade. Os maus tratos e o abandono infantil fazem com que sejam aplicadas medidas preventivas e de proteção a essa criança, asseguradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que os reconhecem como prioridade e portadores do direito à proteção integral (DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

Dessa forma, o acolhimento institucional é uma realidade para muitas crianças e adolescentes que não podem ficar com os pais de forma provisória ou definitiva. Tem a função de acolhê-las quando há violação de seus direitos e também quando existem fatores familiares que colocam em risco o seu desenvolvimento, buscando promover seus direitos e o resgate de suas famílias. Porém, a passagem curta ou longa das crianças institucionalizadas depende da história de cada uma delas, sendo comum a permanência de forma permanente, sem possibilidade de voltarem para a família de origem ou de estarem em famílias substitutivas (FRANCO; LOPES; LOPES- HERRERA, 2014; MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016).

O desenvolvimento infantil de crianças institucionalizadas é visto por diversos olhares. Autores o apontam como negativo ao defenderem que o ambiente no qual deveria ser de total acolhimento, muitas vezes é de retardo da aprendizagem pela carência de estímulos motores, sensoriais, cognitivos, sociais e afetivos. Por outros, é visto como favorável ao desenvolvimento e como meio de apoio a muitas famílias

brasileiras.

Contudo, para classificá-lo como negativo ou positivo é necessário analisar a história de vida da criança institucionalizada antes da sua chegada ao abrigo e das condições de acolhimento que irá receber ou não nas instituições (FRANCO; LOPES; LOPES- HERRERA, 2014). Sendo assim, o objetivo do estudo é analisar aspectos positivos e negativos no desenvolvimento infantil da criança institucionalizada.

2 O CONTEXTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

No contexto brasileiro, devido à enraizada situação de vulnerabilidade e pobreza, a primeira resposta à qual por muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. No final do século XIX e parte do século XX, observou-se a criação de uma cultura de institucionalização em razão de circunstâncias de abandono, delinquência e orfandade em que somente os pobres eram internados, mas sem regulamentações e princípios protetores à infância (VEIGA, 2019).

Foi a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que se iniciou a construção de parâmetros para as instituições que acolhem crianças privadas da convivência familiar. Seu surgimento foi decisivo para ampliar a percepção sobre a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, e não mais objetos de direitos, tendo em vista sua condição de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990; VEIGA, 2019).

Dessa forma, instituições intituladas abrigos compreendem o acolhimento institucional como medida excepcional de caráter provisório, e formalmente, se destinam ao atendimento da população infantil que se encontra em situação de risco pessoal e social, revelando-se como alternativa para a garantia dos direitos humanos, bem como sendo a medida social mais adequada em tais situações (DA PONTE-SOUZA et al, 2019).

De acordo com o ECA, o abrigo é a sétima medida de proteção, sendo aplicada quando os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados. Associados a esses, têm-se os chamados Conselhos Tutelares, criados com o objetivo de receber e encaminhar demandas relativas à infância e adolescência, principalmente às relacionadas com a necessidade de institucionalização (BRASIL, 1990; DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

Os abrigos são responsáveis por receberem uma população considerada em situação de risco, na qual se define que a família, parentes ou outras pessoas responsáveis pela sua guarda, cuidado e proteção não cumprem essa função. Tais crianças são consideradas oriundas das denominadas famílias desestruturadas, nas quais pais ou cuidadores as expõem a situações de descuido, abandono e violência (DA PONTE-SOUZA et al, 2019).

Dessa maneira, foram organizados a partir de um conjunto de elementos que contribuem de forma significativa e negativa para o processo evolutivo da criança. De maneira positiva, têm-se a retirada da criança do contexto de vulnerabilidade. Mas, em contrapartida, são relativamente desanimadores para a criança em desenvolvimento, devido a questões de superlotação, pessoal pouco qualificado, espaço reduzido e com pouca chance de oferecer o tipo de estimulação sensorial adequado ao desenvolvimento infantil (DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

3 O PERCURSO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O avanço da ciência acerca do desenvolvimento infantil possibilitou a compreensão de que a criança não existe sozinha sendo parte essencial da rede de relações na qual se insere, e fortemente influenciada para que o seu processo de maturação, crescimento e desenvolvimento possa ser efetivo.

Os primeiros anos de vida de um bebê, mais precisamente conhecidos como primeiríssima infância (de zero a dois anos de idade), são de grande relevância para o seu crescimento e desenvolvimento (CD). É nesse período que ocorre o fenômeno conhecido como neuroplasticidade cerebral, possibilitando a maturação do sistema nervoso central e a capacidade do cérebro de aprender, se flexibilizar e modificar de acordo com as situações que lhe são apresentadas. O cérebro permanece plástico e capaz de mudar durante todo o ciclo de vida, no entanto, essa maturação é mais evidente no começo da vida (FLORINDO; PEDRO, 2014; GAO *et al*, 2017).

Esta flexibilidade é crucial para o CD, auxiliando no estímulo de habilidades que serão importantes para toda a vida. Entretanto, é preciso compreender que crescimento e desenvolvimento são situações distintas, contudo complementares. O crescimento compreende o processo de hipertrofia e hiperplasia celular que gera aumento das dimensões físicas humanas, enquanto que o desenvolvimento remete-se à aquisição de novas habilidades neuropsicomotoras e sociais (GAO *et al*, 2017).

Todo esse processo não ocorre sucessivamente e existem parâmetros que auxiliam na percepção do crescimento e desenvolvimento de uma criança, para que pais/cuidadores e profissionais possam identificar possíveis agravos e intervir, se necessário. Dessa maneira, características multifatoriais e o efeito cumulativo de risco estão atrelados ao processo de desenvolvimento infantil e estes podem influenciar de maneira a potencializá-lo ou retardá-lo (BRASIL, 2012; BRASIL, 2018; VIEIRA; RAIMUNDO; SILVA, 2019).

A criança necessita dos estímulos e relações a sua volta para que a sua maturação ocorra de maneira adequada, todavia, nem sempre isso ocorre de maneira sadia, visto que muitos fatores considerados como de risco ou retardantes podem estar presentes. Isto posto, é possível classificá-los

como biológicos ou intrínsecos e ambientais ou extrínsecos (MEDINA-ALVA *et al*, 2015).

Os fatores biológicos ou intrínsecos são aqueles relacionados aos eventos pré, peri e pós-natais, como a idade gestacional e/ou o peso ao nascimento, possíveis deficiências físicas, a saúde da criança e o seu estado nutricional, tanto do ponto de vista de suporte energético, como de micronutriente, bem como prematuridade, hospitalização no período neonatal, icterícia grave, malformações Congênitas (como as provenientes do Zika Vírus), ausência de aleitamento materno e de vacinações, dentre outros. Dessa forma, crianças que apresentam riscos biológicos são consideradas de alto risco e vulneráveis a apresentarem atraso no desenvolvimento ou mesmo desenvolvimento atípico (BRASIL, 2012; ZAGO *et al*, 2017).

Já os fatores externos ou ambientais são aqueles relacionados ao ambiente em que a criança convive. A situação socioeconômica da família, assim como os níveis de instrução dos pais exercem influências na qualidade do ambiente doméstico, nas possibilidades de interação entre pais e filhos, nas rotinas estabelecidas pela família, assim como na oferta de recursos favorecedores do desenvolvimento infantil disponíveis no domicílio. Outros fatores são o saneamento básico inexistente ou ineficaz, moradia em região de alto risco, alcoolismo parental, *institucionalização*, violência e ausência de cuidados e de vínculos (BRASIL, 2012; ZAGO *et al*, 2017).

A presença de um ou mais desses fatores de risco relaciona-se ao que se conhece como atraso no CD infantil, interferindo, por exemplo, na obtenção de habilidades como falar, andar, controlar os esfíncteres e outros, bem como pode acarretar em dificuldade no estabelecimento de relações. Dessa forma, quanto mais precocemente o atraso é identificado, maiores são as chances de superá-lo e as possibilidades da criança evoluir nos estágios de CD da melhor forma possível, de acordo com sua subjetividade (MEDINA-ALVA *et al*, 2015; CRESTANI *et al*, 2013).

Da mesma maneira, existem fatores de proteção que atuam como recursos pessoais ou sociais capazes de enfraquecer ou neutralizar o impacto desencadeado pelos fatores de risco a que a criança foi exposta e é nesse contexto que a estimulação precoce surge. Ela pode ser definida como um programa de acompanhamento e intervenção que objetiva estimular todos os domínios que interferem na maturação da criança, de forma a favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial, linguístico e social, evitando ou amenizando eventuais atrasos (ZAGO *et al*, 2017; BRASIL, 2012; VIEIRA; RAIMUNDO; SILVA, 2019).

Por meio da avaliação do CD da criança são elaborados planos de atividades específicas para favorecer a obtenção de habilidades identificadas como tardias, utilizando brincadeiras. Por exemplo, uma criança que ainda não consegue segurar algum objeto possivelmente apresenta uma defasagem

quanto ao movimento de pinça, que começa a ser desenvolvido no 2º mês de vida e, a partir disso, as atividades de estimulação serão voltadas a encorajar essa movimentação (VIEIRA; RAIMUNDO; SILVA, 2019).

4 EFEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Como destacado, dentre os fatores ambientais que são capazes de interferir no desenvolvimento infantil, está a institucionalização que tem sido frequentemente citada como local de impacto para o desenvolvimento psicomotor e social da criança, mas classificá-lo como positivo ou negativo depende diretamente do contexto anterior a que a criança estava exposta e do acolhimento que esta irá ou não receber nas instituições de abrigo (FRANCO; LOPES; LOPES-HERRERA, 2014).

Uma criança que estava em situação de risco e negligência parental, por exemplo, pode vir a ter uma experiência positiva dentro das instituições de abrigo ao passar a receber os cuidados necessários por parte dos cuidadores e com a possibilidade de se relacionar com outras crianças, tanto mais novas quanto mais velhas, que podem vir a influenciar de forma positiva o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Mas, outra criança no mesmo contexto, pode vir a não experienciar da mesma maneira e ser prejudicada negativamente (FRANCO; LOPES; LOPES-HERRERA, 2014; DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

A privação de estímulos sensoriais, muitas vezes desencadeada pela institucionalização, é um dos pontos cruciais de interferência negativa e que ocasiona impactos no CD. Por afetar diretamente a neuroplasticidade cerebral, em razão de alterações estruturais no sistema nervoso central, como atrofia neuronal e desenvolvimento anormal do cérebro, gera impactos no curso normal da aquisição de habilidades e de aprendizagem da criança. Estando privada em um único ambiente, a criança acaba por ter poucas oportunidades de estimulação sensorial adequada ao seu em pleno desenvolvimento psicossocial (DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

Dessa maneira, uma acolhida adequada no momento do abrigamento, a capacidade de compreender e respeitar as individualidades de cada um, o estabelecimento de vínculos afetivos, o sentimento de proteção, às condições físicas da instituição, a alimentação oferecida, a oportunização de estímulos necessários e, também, o contexto escolar, dentre outros, são fatores que contribuem para a constituição de novas relações e, conseqüentemente, para uma melhor adaptação a esse novo ambiente (DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

No entanto, alguns cuidadores não conseguem transmitir confiança para essas crianças, em especial por não compreenderem ou não perceberem as suas manifestações individuais, por não serem

afetuosos, ou ainda, por terem que dividir seu tempo de cuidado com outras crianças do abrigo. Além disso, geralmente esses profissionais trabalham em escalas, alternando entre si, o que pode reeditar a experiência de separação vivenciada pela criança, não só em relação à sua mãe e família, mas também por esses profissionais (GONÇALVES; PAIXÃO; COUCEIRO, 2017; DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

A dúvida da criança em ser aceita ou não por seu cuidador ocasiona impactos no desenvolvimento da sua autoconfiança e, conseqüentemente, na construção de uma autoimagem positiva necessária à sua vida adulta, tornando-se instável pelo fato de não se sentir segura frente à uma figura que tem responsabilidades constantes com seu cuidado (DINIZ; ASSIS; DE SOUZA, 2018).

Destaca-se ainda que, de fato, o ambiente institucional não é adequado para o CD infantil, visto a importância da sua inserção no contexto familiar. O afastamento entre pais e filhos pode afetar a formação do ser humano produzindo disfuncionalidades, tais como: manifestação de diversos estados de depressão, dificuldade no estabelecimento de vínculos e afetividade, tendência à delinquência, transtornos emocionais, ansiedade, resultando atrasos no crescimento e desenvolvimento.

Ressalta-se ainda que, de forma geral, todo abandono tende a condicionar sentimentos de agressividade, angústia e não valorização de si mesmo, afetando ainda mais a vida adulta dessa criança (BLASCOVI-ASSIS, 2019).

No que tange ao desenvolvimento motor, os prejuízos são advindos do espaço físico das instituições de abrigo. Nos casos em que as crianças ocupam espaços reduzidos, o atraso motor verificado tem relação direta com o ambiente e a falta de estimulação. Dessa forma, quando uma criança é mantida durante muito tempo sem condições para se deslocar livremente, ela pode sofrer prejuízo em seu aprendizado e na aquisição de suas habilidades motoras (SILVA et al., 2019)

O atraso neuropsicomotor proporciona déficit em outras áreas, pois sua presença limita a criança na ação de seu ambiente, no refinamento dos atos motores, na experimentação e nas atividades interativas, ou seja, no ambiente em que o processo de aprendizagem se desenvolve (BLASCOVI-ASSIS, 2019; SILVA et al., 2019).

Dessa maneira, as instituições que abrigam crianças devem proporcionar maior estímulo e interação com o ambiente, favorecendo seu desenvolvimento normal, considerando que o período compreendido entre zero e dezoito meses caracteriza-se por aquisições motoras importantes para o seu desenvolvimento. Tal estímulo pode ser amparado nas diretrizes da estimulação precoce, considerando os aspectos individuais de cada criança (BLASCOVI-ASSIS, 2019).

CONCLUSÃO

Através da análise dos estudos, é possível concluir que apesar das instituições de abrigos terem falhas e por vezes impactos negativos no desenvolvimento infantil, elas apresentam-se como sendo importante fonte de apoio à muitas famílias brasileiras, principalmente decorrentes da pobreza e da distribuição de renda inadequada, o que acarreta a procura pela assistência aos indivíduos em unidades de abrigo.

As discussões em relação à qualidade do acolhimento e aos prejuízos causados no desenvolvimento infantil sempre estarão à tona, contudo, é válido destacar a importância de oportunizar melhores condições que diminuam os fatores de riscos que as crianças vivenciaram em seu âmbito inicial.

Uma vez que a instituição de abrigo se apresenta como local essencial para os abrigados, é evidente a necessidade de investir neste espaço, assegurando a individualidade e buscando ações que visem a melhoria estrutural e material, assim como capacitando os funcionários para transformá-lo em um ambiente propício de desenvolver atividades que estimulem o desenvolvimento.

Nesse contexto, a estimulação precoce entra como chave nesse processo. Trata-se da realização de atividades e estimulação ao que interfere na maturação da criança, de forma a favorecer o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial, linguístico e social, sendo fatores que resultam positivamente no aprendizado até a vida adulta. Contudo, é evidente que sejam aplicadas políticas públicas direcionadas às instituições de abrigo, visto que muitos são os que dependem de uma rede de apoio social e afetivo para que enfrentam os efeitos negativos advindos dos fatores de risco a que foram submetidos anteriormente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** – Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria. Caracterização do desenvolvimento motor da criança institucionalizada. **Fisioterapia Brasil**, v. 5, n. 6, p. 437-442, 2019.

CRESTANI, Anelise Henrich et al. Fatores socioeconômicos, obstétricos, demográficos e psicossociais como risco ao desenvolvimento infantil. **Revista Cefac**, v. 15, n. 4, p. 837-846, 2013.

DA PONTE SOUZA, Michele Maria Brito et al. Do abrigo de menores ao acolhimento institucional: uma trajetória de normalização. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 284-305, 2019.

DINIZ, Isabel Aparecida; ASSIS, Márcia Oliveira; DE SOUZA, Mayra Fernanda Silva. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018.

FRANCO, Elen Caroline; LOPES, Andréa Cintra; LOPES-HERRERA, Simone Aparecida. Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas. **Revista CEFAC**, v. 16, n. 6, p. 1837-1841, 2014.

FLORINDO, Margarida; PEDRO, Ricardo. O processo de aprendizagem motora e a neuroplasticidade. **Revista de Ciências da Saúde da ESSCVP. Lisboa**, v. 6, 2014.

GAO, Wei et al. Functional connectivity of the infant human brain: plastic and modifiable. **The Neuroscientist**, v. 23, n. 2, p. 169-184, 2017.

GONÇALVES, Vânia; PAIXÃO, Rui; COUCEIRO, Ana Paula. Representações dos cuidadores por crianças institucionalizadas: um modelo grounded. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, n. 5, p. 107-110, 2017.

MEDINA-ALVA, María del Pilar et al. Neurodesarrollo infantil: características normales y signos de alarma en el niño menor de cinco años. **Revista Peruana de medicina experimental y salud Pública**, v. 32, n. 3, p. 565-573, 2015.

MACHADO, Mônica Sperb; SCOTT, Juliano Beck; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: as imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. **Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga**, v. 3, n. 6, 2016.

SILVA, Cássia Kelly et al. Desenvolvimento e controle motor de indivíduos institucionalizados em abrigos. **ConScientiae Saúde**, v. 18, n. 2, p. 199, 2019.

VIEIRA, Ana Carolina Santana; RAIMUNDO, Adrielly Cristina de Lima; SILVA, Rita de Cássia Ramires da Silva. **Estimulação precoce na primeira infância: reflexões e experiências**. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. 106p.

PEREIRA, Juliana Fernandes et al. Influência dos fatores biológicos e socioeconômicos no desenvolvimento neuropsicomotor de pré-escolares. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 1, p. 135-144, 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). **Perspectiva**, v. 37, n. 3, p. 767-790, 2019.

ZAGO, Jéssica Teixeira de Carvalho et al. Associação entre o desenvolvimento neuropsicomotor e fatores de risco biológico e ambientais em crianças na primeira infância. **Revista CEFAC**, v. 19, n. 3, p. 320-329, 2017.